

Uma arte do cuidado e uma política do corpo: a LBA e o governo da infância na Paraíba (1948)

An art care and a political body:
the LBA and childhood in government Paraíba (1948)

José dos Santos Costa Júnior¹

RESUMO: Longe de ser um objeto natural e meramente biológico, o corpo infantil é urdido nas tramas e relações de força em que o nascimento ocorre e o processo educativo se efetiva sobre os sujeitos que a partir do século XVIII chamamos de crianças. O texto problematiza, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da análise de discurso, como o saber médico presente no boletim da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na Paraíba construiu visibilidades e dizibilidades para a infância, produzindo significados e formas de atuação sobre o corpo infantil. Os modos de conceber o cuidado da criança, as estratégias de convencimento da população, a construção de identidades a partir do saber médico e a puericultura como ciência do bem-viver são alguns dos temas presentes na abordagem que este texto apresenta e que significa mais um passo na construção do canteiro de estudos da história da infância.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Paraíba. Corpo. Assistência Social.

ABSTRACT: Far from being a natural, purely biological object, the child's body is woven in the plots and power relations in which birth occurs and the educational process is effective on subjects from the eighteenth century called children. The discusses text, from the theoretical and methodological assumptions of discourse analysis, as medical knowledge present in the bulletin of the State Commission of the Brazilian Assistance Legion (LBA) in Paraíba built visibilities and dizibilidades for children, producing meanings and forms of action on the child's body. The ways of conceiving the child care, the persuasion strategies of the population, identity construction to from medical knowledge and child care as a science of living well are some of the themes in the approach that this text presents and that means another step in building the site's childhood history studies.

KEYWORDS: Childhood. Paraíba. Body. Social assistance.

Uma política da vida em tempos de guerra

No Brasil, a partir do Estado Novo (1937-1945) as políticas públicas passaram a ter o corpo como um dos seus principais temas, objeto de análise, definição e controle. Este texto parte de uma pesquisa que considera o processo de surgimento das políticas de educação, saúde e assistência social a partir das primeiras décadas do século XX como um ponto importante de inflexão na abordagem da infância pelos diversos saberes e pelo poder público. Um dos

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). jose.junior010@gmail.com.

capítulos mais significativos desse processo de formulação de políticas públicas para a infância foi a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), um órgão criado pelo governo federal com o objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados e pracinhas que faziam parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e que foram enviados para os campos de batalha durante a II Guerra Mundial.

A LBA foi presidida inicialmente pela primeira dama Darcy Vargas que ocupou este cargo até o momento em que Getúlio foi chefe da nação, retirando-se quando ocorreu a queda do Estado Novo em 1945. A LBA marcou um momento importante na história da assistência e do atendimento às crianças no Brasil, sendo uma das primeiras experiências de política pública de Estado para a infância, pois desde o período colonial as experiências de assistência e cuidado com as crianças constituíram-se através de ações de caridade (RIZZINI, 2011; CHAMBOULEYRON, 2007).

A reflexão que proponho neste texto parte da análise de dois tipos específicos de fonte histórica: a) o boletim da Legião Brasileira de Assistência (LBA); e b) o Código de Menores de 1927, legislação que orientava as políticas para a infância na época. No que se refere ao periódico serão usadas diferentes edições dessa publicação, não tendo como critério metodológico a sequência dos meses, tendo em vista que serão analisados a partir da construção de eixos de análise e problematização que consideram a temporalidade em sua dispersão, descontinuidade e não por um olhar teleológico ou continuísta. Estes documentos/monumentos são lidos por sua exterioridade, isto é, a partir das múltiplas conexões, diálogos e justaposições que lhes caracterizam e as diferentes vozes que o constituem e o atravessam, bem como as regras que o tornaram possíveis como discursos (FOUCAULT, 2008).

O filósofo Michel Foucault indicou que a população, enquanto um problema político, surgiu entre os séculos XVII e XVIII sendo articulada com a questão do governo de si e dos outros. Em suas pesquisas buscou identificar o momento histórico em que a população passou a ser alvo de uma série de formulações e projetos que a tomaram como objeto de compreensão e intervenção. A população cada vez mais passou a ser vista não com base em uma homogeneidade, mas tendo em vista o desejo de interferir nela de maneira cada vez mais

contínua e usar suas forças de forma produtiva para o Estado, a população passou a ser percebida, classificada e categorizada por sua heterogeneidade. Assim, as crianças passaram, desde o início do século XX, a serem alvo de ações do Estado com o objetivo de organizar, ordenar, legislar e normatizar a sociedade, visando utilizar de forma organizada e racionalmente orientada os seus diferentes recursos humanos, naturais, culturais e econômicos.

Na Paraíba as ações da Legião Brasileira de Assistência não tardaram a chegar. Por aqui transformações políticas foram sendo construídas na década de 1940 e uma delas, do ponto de vista político institucional, foi a mudança do governo, pois o cargo de interventor federal passou de Argemiro de Figueiredo que havia assumido em 1937, para as mãos de Ruy Carneiro a partir do início da década de 1940.

Ao analisar a história política paraibana entre as décadas de 1930 e 1940, o historiador Jean Patrício da Silva (s/d) destaca transformações importantes na política do Estado a partir de Ruy Carneiro. Dentre as mudanças operadas ele destaca que se até então a relação entre Estado e igreja tinha sido construída de forma um tanto amistosa e com certo grau de proximidade, ao assumir o governo Ruy Carneiro imprimiu um novo olhar sobre essa relação, pois “com grande influência na sociedade, e ampla rede assistencialista coordenado pelo Monsenhor José Coutinho (Padre Zé), Ruy Carneiro empreendeu forte resistência a Diocese Paraibana ocasionando o distanciamento do Clero com o governo” (SILVA, s/d, p. 06).

Por sua vez, Martha Lúcia Ribeiro de Araújo (1999, p. 97) destaca que “o período do pós-guerra, na Paraíba, registrou transformações na organização do poder”. A autora enfatiza a formação dos partidos políticos na Paraíba em um momento de disputa política intensa e fortalecimento das relações entre os níveis estadual e federal de governo. No processo de redemocratização que se instaurou no estado após 1945 foi intensa a política partidária e daí a criação de novos partidos como o Partido Social Democrático (PSD), que nasceu após a queda de Vargas e se deu a partir do agrupamento que permaneceu leal ao interventor Ruy Carneiro.

A relação de conflito entre o governo e igreja naquele momento tinha como um de seus elementos centrais a concorrência em torno das ações de assistência social oferecidas na Paraíba. Segundo Jean Patrício da Silva (s/d), o padre Zé Coutinho desenvolvia uma série de

ações de apoio à população e tendo em vista que uma das características do governo de Ruy Carneiro teria sido um certo “ímpeto assistencialista” isso criou as condições para uma rivalidade entre Estado e igreja. Isso marcou uma distinção em relação às ações de caridade até então desenvolvidas, incorporando naquele momento o discurso da filantropia como ação de promoção social pautada em princípios científicos e visando uma racionalização da ação estatal. Esses grupos atendidos foram vistos como vulneráveis e necessitados da ação do Estado de forma planejada, moderna e cientificamente orientada.

Na Paraíba, a implantação de tal política de nítido caráter assistencialista neste momento de estagnação da máquina administrativa deve-se primordialmente a união de dois fatores: institucionalização da assistência social, com a instalação do núcleo estadual da legião brasileira de assistência (LBA) ligada diretamente ao Palácio do governo, (estes núcleos estavam instalados principalmente nas cidades de João Pessoa e Santa Rita, sendo comandado pela primeira dama Alice Carneiro) A legião brasileira de assistência teve papel preponderante na construção da imagem do Interventor como o “pai da pobreza” as ações estavam direcionadas ao atendimento das classes menos favorecidas. Neste momento vale destacar a influência de Alice Carneiro, fundadora e presidente do núcleo da LBA por vários anos (SILVA, s/d, p. 08).

Em relação à Paraíba a ascensão de Ruy Carneiro ao cargo de interventor federal foi outra condição de possibilidade para que os projetos e propostas assistenciais da LBA pudessem ser incorporados localmente. Neste sentido, a responsável por essa articulação do espaço local paraibano com as orientações dessa política nacional foi Alice Carneiro, esposa dele contatada pela primeira dama para assumir o compromisso local com as ações da LBA na Paraíba. Institucionalmente, a LBA era estruturada a partir de um orçamento próprio e com propostas muito definidas do ponto de vista de sua atuação política, construindo parcerias locais e disseminando os princípios da eugenia e da puericultura. Jerry Dávila (2006) afirma que “a eugenia foi uma tentativa científica de ‘aperfeiçoar’ a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários”, uma noção usada de forma quase corriqueira na Europa e nas Américas durante o período entre guerras. Por sua vez, a puericultura como um ramo da medicina que visava o cuidado e a preservação da saúde física e emocional das crianças (TEIXEIRA, 2010, p. 18-19).

O decreto-lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, que instituiu a LBA, a definia da seguinte maneira:

Art. 1º A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas úteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante e tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres (decreto-lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942).

A legião estava articulada aos princípios nacionais de integração social, tendo em vista que se propunha a ser um órgão de Estado com funções de consultoria e prestação de serviços úteis. “Getúlio Vargas também delegou à LBA a função de desenvolver a gestão populacional da nação por meio de suas políticas assistenciais, por meio de convênios estabelecidos nas áreas da assistência social e da educação, onde o planejamento passaria a ser pensado a partir da instrumentalização da família. [...]” e na ótica daquele governo “tal política seria fundamental para a instauração da ordem, do progresso e da civilidade. A população passou a ser considerada também como parte da riqueza do país (TUMELERO & SILVA, 2004, p. 340).

Tendo como pressuposto chave a ideia de que “criar uma criança é uma ciência” a puericultura se desenvolveu enquanto saber autorizado a lidar com a vida das crianças e da sua família, por extensão. De acordo com Teixeira (2010) a partir desse momento uma transformação histórica importante pôde se construir na medida em que a figura do padre foi substituída pela do médico, enquanto portador de uma verdade produzida cientificamente na articulação de diferentes saberes como a nutrição e a pedagogia. Uma nova relação foi construída entre Estado e família na medida em que a criação da criança passou a ser vista não apenas como constitutiva da dimensão privada, mas como algo que a partir do final do século XIX passou a ser visto como da esfera pública, sendo para isso desenvolvidas políticas que tomaram o corpo da criança como campo de inscrição de teorias e intervenções.

Sobre a concepção de família enquanto instituição social, Sueann Caulfield (2000) afirma que “as autoridades públicas, dentre as quais os juristas, viam a família como a base da

nação e um espaço social que produziria uma força de trabalho dedicada, honesta e disciplinada” (CAULFIELD, 2000, p. 54). Por sua vez, Iranilson Buriti de Oliveira (2002) historiciza o conceito de família burguesa e aponta que esse modelo foi sendo constituído “[...] como o microcosmo do Estado, atuando nos corpos como um dispositivo de poder eficaz na domesticação dos seus membros, necessário para tirar o Brasil da condição de atrasado, articulando-se com a elaboração de um novo trabalhador exigido pela modernidade capitalista” (OLIVEIRA, 2002, p. 288).

Fazer ver a LBA: as páginas do boletim anunciando um novo tempo

A lei também apontava o modo como o governo e a sociedade poderiam acompanhar as atividades da LBA dali em diante. Desse modo, o texto do decreto-lei afirmava o seguinte:

Art. 5º Para acompanhar a ação da L.B.A. e trazer o Governo informado de suas atividades será designado, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, representante especial que servirá em comissão, sem outras vantagens que não as do próprio cargo ocupado nos quadros do serviço público (Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942).

A maternidade e a infância foram definidas como temáticas centrais da atuação da LBA, o que indica concepções bastante peculiares em relação ao significado de ser mãe e ser criança. A partir do ano de 1947 a Comissão Estadual da LBA, com sede em João Pessoa, lança um boletim informativo com periodicidade mensal. Este boletim teve circulação até o ano de 1955 e tinha o objetivo de divulgar as ações da LBA no estado, caracterizando espaços, públicos, objetivos das ações e os princípios e valores que as orientavam, bem como prestava conta à sociedade dos recursos financeiros de que dispunha a legião.

No que diz respeito à composição física e textual, o boletim foi estruturado de modo que não ultrapassou o número de oito páginas no ano de 1948 e era produzido em preto e branco¹. Continha textos, tabelas com dados demográficos e fotografias, sendo estes itens divididos em seções como “Nossos municípios”. Todavia, não são em todas as edições que esses elementos aparecem, como, por exemplo, a fotografia, que só em algumas edições é usada para dar

visibilidade aos cursos de puericultura. Os textos são divididos em colunas e dispersos pela edição. O texto da primeira página costumeiramente era concluído na quinta ou oitava página. Os textos de página inicial constam de assinaturas de médicos ou demais colaboradores da ação da LBA, enquanto outros textos em páginas posteriores muitas vezes não têm uma assinatura específica, o que denota uma autoria (e uma autorização).

No mês de abril de 1948 foi publicado o nono número do boletim informativo da LBA, com oito páginas contendo textos, tabelas, gráficos e imagens sobre a assistência social à infância e à maternidade. Os principais temas que aparecem nessa edição do boletim, em seu segundo ano de circulação, são os seguintes: cuidados maternos com a criança, tratamento odontológico, atividades da LBA, banco de leite humano, educação e readaptação. Na última página da edição há uma tabela com a prestação de contas da movimentação financeira dos recursos da LBA, mostrando os valores e as diferentes rubricas (almozarifado, administração, bens móveis, máquinas, etc.). Considerando-se essa fonte então pela sua exterioridade pode-se indagar: o que tornou possível esse discurso sobre a infância? Quais os saberes foram produzidos para tornar a infância e o corpo infantil um campo de ações políticas que visaram descrevê-lo e circunscrevê-lo aos objetivos do Estado?

A matéria de capa dessa edição do boletim da LBA tem como título: "Direitos das crianças, deveres dos homens", sendo iniciada da seguinte forma: "Em todos os tempos e mais especialmente após a revolução francesa, todos os sistemas filosóficos – políticos ou não – primaram sempre por defender "os direitos do Homem". Certo. O Homem, sim, tem seus *direitos*. Em nenhum deles, entanto, se pensou em defender os *deveres* do "Homem" (Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 01, grifos meus).

Dois fatores chamam atenção: a) uma espécie de crítica ao tipo de formulação de direito possibilitada de maneira mais incisiva a partir da revolução francesa de 1789; b) a necessidade do texto ser iniciado com a referência a um passado longínquo para legitimar ou respaldar um tipo de discurso que será montado ao longo dos parágrafos subsequentes. O texto de abertura dessa edição faz uma crítica ao modo como os sujeitos até então vinham pensando o exercício de seus direitos, pois posteriormente diz-se que isso teria incorrido em uma espécie de

individualismo em que todos buscavam seu direito e esquecia-se de uma contrapartida em relação aos seus pares. Isso fica bastante claro quando afirma que “o Homem de hoje não pode gosar egoisticamente de seus direitos. Esquecer dos deveres que dizem respeito a todos, para usufruir prazenteiramente dos direitos que lhes outorga a sociedade, não é só um “pequeno esquecimento” e sim um verdadeiro crime de lesa sociedade (Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 01).

Ao passo em que se nota no discurso do periódico um uso do passado como forma de legitimar a conquista desses direitos no tempo e no espaço vê-se que essa utilização do passado é articulada diretamente com uma necessidade do presente. Se o governo getulista tinha aberto as possibilidades para a garantia de direitos sociais sentia-se também a necessidade de rever a compreensão sobre estes direitos com o intuito de não incorrer em uma atitude hedonista e prazenteira.

A infância é usada como instrumento que permite estabelecer um parâmetro, pois se o homem tinha conquistado direitos para si também era portador de deveres com aqueles que ainda não eram propriamente homens e mulheres, do ponto de vista de que não tinham ainda a capacidade de decidir sobre suas próprias vidas. Um novo contrato social então estava formado e o corpo da criança era o ponto fundamental desse debate entre o Estado como garantidor de direitos e os homens e mulheres, pais e mães que se responsabilizariam pelas crianças, assumindo o dever de fazer com que elas se tornassem cidadãos saudáveis.

Analisando as políticas de saúde no governo de Vargas, Cristina Fonseca (2007) aponta que nesse período de fortalecimento da máquina estatal caracterizada também por um processo de burocratização e centralização, a ideia de cidadania foi usada de maneira bastante forte para garantir uma maior legitimidade da ação estatal em relação aos grupos populares. Todavia, essa ideia de cidadania deve ser relativizada na medida em que ela foi uma “cidadania tutelada” pelo Estado marcadamente centralizador e autoritário. A cidadania estava articulada com o lugar que os sujeitos ocupavam no mercado de trabalho como força produtiva, tornando “pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (...). (SANTOS, 1987, apud FONSECA, 2007, p. 38).

Embora o discurso da cidadania e da formação de cidadãos saudáveis, robustos, belos e fortes fosse divulgado amplamente, é importante lembrar que todo discurso produz os objetos e os sujeitos de que fala (FOUCAULT, 2008). Neste sentido, aquele sujeito cidadão que o discurso tornou visível e dizível não pode ser visto como um sujeito natural, imanente e com uma identidade essencial, mas sim como um efeito desse discurso. Interessava ao governo e a alguns setores da sociedade que o cidadão fosse um trabalhador, alguém que subjetivasse a ideia de que o Brasil era o país moderno e do desenvolvimento e que para continuar nessa senda era essencial a participação de todos e cada um através do trabalho. Por este motivo as políticas de saúde incentivavam o cuidado com o corpo da criança, estimulavam a higiene e muitas vezes atualizavam a ideia eugenista que tinha como base a concepção de que diferentes fatores poderiam contribuir para o desenvolvimento ou para a degenerescência da raça.

Refletindo sobre a emergência da problemática da população a partir do século XVIII, Foucault (2012) aponta para o fato de que a arte de governar passou a ser construída a partir de uma série de estratégias políticas que tinha como objetivo viabilizar um governo que não se daria pela coerção, pela força, mas buscava se efetivar de forma contínua sobre os corpos dos indivíduos através de uma intensa e produtiva relação com a segurança. A reflexão de Dávila (2006) sobre a eugenia no século XX aponta diretamente para a questão do governo e de como seria possível exercer um controle sobre a vida da população inclusive no que dissesse respeito a sua reprodução.

As estratégias de controle da população pautadas sob o desejo de uma arte do governo sobre a vida expressam-se de diferentes formas e enunciam-se também a partir do discurso sobre o cuidado com a vida da população infantil, vista como parcela demograficamente estratégica no que diria respeito à capacidade da nação se manter e se fortalecer politicamente. O discurso em prol do direito e da promoção de condições que basicamente pudessem garantir a vida apareceu de diversas formas. Para o boletim da LBA era importante afirmar que:

Só um ser humano tem unicamente direitos e não deveres – a criança. E mais ainda, todos têm deveres para consigo e ela ainda nenhum dever para com todos. Estes direitos que tem a criança e os deveres que lhes são devidos pela sociedade acham-se constitucionalmente concatenados em forma de lei que,

em nosso País, tomou vulto de excelso (Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 01, grifos meus).

A criança então emerge nesse discurso como o centro da proteção do Estado e da sociedade. A conformação política de um pacto entre todos os cidadãos e destes com o Estado, foi construída simbolicamente e todos pareceram unidos por um mesmo projeto: o governo da infância. É este o interesse do boletim da LBA na Paraíba. Ao perceber o lugar social da própria LBA podemos perceber por quais motivos esse tipo de discurso que torna visível uma relação amistosa entre sociedade e governo é posta em circulação, como se não houvesse conflitos. A LBA fazia parte do próprio governo e por isso assumia esse discurso e o fazia circular.

O discurso de proteção e defesa da infância que aparece em forma de textos e imagens no boletim da LBA articula-se a dispositivos jurídicos presentes na legislação da época que traçava os objetivos e princípios da política de proteção aos *menores*, isto é, o Código de Menores de 1927, que estava em vigor quando da circulação das ideias que discutimos neste texto. O Código definia seu objeto da seguinte maneira: “Art. 1º - O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste código” (Código de Menores, Lei nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, p. 44).

A linguagem produz poder e através de uma gramática própria o discurso jurídico visa instituir-se como incontestável, monofônico, sem ambiguidades e portador de uma verdade única. Por tal característica, torna-se possível desconstruí-lo, percebendo sua gramática, sintaxe, formas de composição, estratégias de persuasão e supressão da diferença ao buscar ser um discurso unívoco (BRITO, 2009, p. 04). Tendo em vista que a legislação é elaborada com a finalidade de definir procedimentos e critérios de ação do Estado em relação à sociedade torna-se relevante pensar como já em seu processo de elaboração a relação de poder se estabelece. Entretanto, por ser a legislação uma forma de coerção e a compreendermos como gestada em processos que articulam saberes e relações de poder, não compreendemos o poder aqui como algo imanente, já dado, e que se caracteriza por uma negatividade.

Como aponta Michel Foucault (2012) o poder em si não existe, mas sim relações sociais que o produzem, que o constituem a partir de condições específicas, marcadas por desejos, vontades de saber, condições de existência e modos de ação bastante localizados no tempo e no espaço. A análise positiva do poder visa romper com a concepção que “identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão”. A esse tipo de análise Foucault propõe “uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão” (MACHADO, 2012, p. 19).

Dentro do conjunto de direitos que ia sendo formulado na legislação o boletim da LBA aponta que “de todos os direitos da criança, nenhum se avanta em importância ao direito à ‘alimentação’” (Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 01). Esse enunciado foi sendo gestado desde o começo do século XX com as ações de promoção de saúde pública empreendidas pelo médico Arthur Moncorvo Filho² que deu continuidade ao projeto do seu pai, doutor Arthur Moncorvo.

As campanhas de incentivo ao aleitamento materno tinham também em vista um olhar profilático, favorecendo o cuidado com o corpo infantil e tornando-o menos vulnerável a doenças e enfraquecimentos. Essa nova prática médica teve como efeito a transformação de hábitos culturais e a instauração de novos códigos comportamentais e modalidades de interação entre mãe e filhos, prescrevendo cuidados higiênicos e favorecendo uma maior ação do Estado. Como aponta Iranilson Buriti de Oliveira (2006, p. 02), naquele momento “higienizar a família era crucial para defender a ‘civilização’ e construir uma nação saudável”.

No boletim da LBA havia uma seção denominada “Os direitos da criança brasileira”. Trata-se de um espaço destinado a informar a população sobre as conquistas dos direitos de crianças. Nos meses de abril e agosto de 1948 esta seção aparece no boletim, mas com informações divididas em duas ou mais páginas. No número 9 referente ao mês de abril, a seção aborda o direito à alimentação, assim como na matéria principal de capa. O texto é diretivo no sentido de que ao abordar o problema da criança doente trata de informar procedimentos que devem ser tomados para que seja logo solucionado. A falta de alimentação ou o seu consumo

em uma menor quantidade de vitaminas consideradas necessárias para o bom desenvolvimento do corpo também é objeto do texto que afirma o seguinte:

Na eventualidade que adoeça, a criança será matriculada no dispensário de pediatria, que funciona em dias alternados ao de puericultura, sendo de igual modo examinada e medicada pelo pediatra. Em suma, a completar a tríade assistencial à criança, só vem de faltar, como uma lacuna, o serviço de distribuição de leite humano, por isto que nenhum mais adequado do que a Maternidade, para esse fim. No entretanto, acreditamos, não passará muito tempo antes de vermos feito realidade (Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 05).

O desenho de políticas públicas para a infância nesse período indica um cuidado do Estado em relação ao corpo da criança por compreender esse sujeito como promessa de futuro para o país. O corpo da criança pode ser lido como uma metáfora, por sempre remeter a um outro objeto fora dele. A nação, escrita com N maiúsculo para impor, desde a grafia, a importância que deveria ter para todos os brasileiros enquanto o espaço de concordância e integração, construído discursivamente nas décadas de 30 e 40 a partir da opressão de suas diferenças, de suas particularidades, localidades e contradições. Esta nação foi construída no discurso de cientistas e políticos da época a partir de uma associação direta com um corpo que deveria ser medicado, descrito, esquadrinhado em seus detalhes e idiossincrasias, de modo que a construção de um saber sobre ele produzisse uma relação de poder sobre a sua própria vida.

Metáforas do poder: o corpo infantil e o corpo da Nação

“Em nome da infância dialogavam médicos, educadores, Imprensa” (BRITES, 1999, p. 21). Desde o início do século XX a infância passou a ser tematizada, abordada, teorizada, definida e dada a ler para a sociedade por um corpo de profissionais que cada vez se pluralizava mais (sendo composto por médicos, juristas, psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, educadores, políticos, etc.) e visava aperfeiçoar o conhecimento sobre este sujeito³. Considerando que a partir da década de 1920 iniciou-se um processo que tomava o corpo da infância como problema político cabe pensar historicamente a própria produção histórica do corpo. Como aponta o historiador Jean-Jacques Courtine (2011, p. 07) foi o século XX que

“inventou teoricamente o corpo” e essa construção social foi elaborada primeiramente no campo da psicanálise, a partir das observações de Freud e suas análises que o levaram a compreender que o “inconsciente fala através do corpo”.

Nas décadas de 1930 e 1940 o Brasil construiu diferentes políticas que tiveram o corpo como suporte básico de sua ação e inscrição de práticas e saberes médicos e higiênicos. Alcir Lenharo (1986) problematiza as políticas do governo Vargas e como elas conceituaram o corpo a partir dos objetivos de formação da nação brasileira. O boletim da LBA construiu uma visibilidade e uma dizibilidade para a infância tendo o corpo das crianças como objeto de definição e apreensão política. Através de ações educativas como os cursos de puericultura para jovens mães aprenderem a cuidar de seus filhos, foi divulgado, expressado e visibilizado um conceito de corpo construído a partir de uma vontade de saber e de poder. O corpo da criança passava a ser visto como um objeto político sob a autoridade e governo não apenas da família.

O corpo da criança sendo sempre dado a ler pela ótica do cuidado e a garantia de sua saúde e prevenção da doença legitimava uma lógica que não estava presente apenas na Paraíba, pois o século XX saudou um novo direito ao homem, como destaca Anne Marie Moulin (2011, p. 15). Este novo direito referia-se ao direito à saúde, interpretado como “a plena realização da pessoa, direito de fato compreendido, sobretudo, como o direito de assistência médica”. É justamente esse processo de construção de uma visibilidade para o direito à saúde da criança que foi continuamente afirmado e reafirmado pela comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba.

Iranilson Buriti de Oliveira (2003) destaca que o “entendimento que homens e mulheres vão ter sobre o seu corpo depende de um conjunto de vivências junto à família, à religião, à escola, ao Estado, à medicina”, tendo em vista que essa construção tem um aspecto eminentemente relacional. “São estas algumas instituições que dão legitimidade ao que é socialmente construído para cada sexo e participam da elaboração de discursos sobre a dominação masculina (legitimando-a ou não), sobre as relações de gênero, sobre os enfrentamentos de poder”. A partir desse “conjunto de vivências, uma subjetividade é formada,

discursos são aceitos ou repelidos, ditos como corretos ou taxados como errôneos” (OLIVEIRA, 2003, p. 01).

Alcir Lenharo (1986) destaca a emergência, nos anos 30, de diferentes revistas especializadas em saúde, higiene e educação física. No caso da Paraíba é possível perceber que esse tipo de discurso não tardou a chegar. O boletim da LBA consistiu em uma espécie de noticiário das ações de assistência no estado. “A criança, portanto, não escapa do vasto campo de análise, classificações e catalogações médicas, encontrando respaldo no discurso da identidade nacional e da construção da família saudável e útil” (OLIVEIRA, 2003, p. 03).

A seção do boletim que tratava desde o seu título sobre os direitos da criança brasileira frisava como um dos direitos mais fundamentais aquele referente à alimentação.

De diversas maneiras pode-se satisfazer a esse direito, e dentre elas uma, a distribuição gratuita de leite em pó, que ora vimos de ver instalada, com o beneplácito da chefia da D.M.I. da L.B.A. neste Estado tem as suas justificativas. Inúmeras são as críticas levantadas contra a distribuição gratuita de leite em pó. E quanto aos críticos, estes são sem conta e mais gratuitos mesmo que o próprio leite distribuído. Entanto, nenhuma das críticas resiste á assertiva de que existe uma legião de mães necessitadas que, para os seus filhos, precisa de leite. A distribuição gratuita de leite em pó, tropéça (sic), de início, com varias (sic) dificuldades. Primeiro, de ordem econômica – o alto custo do leite. Segundo, de ordem educacional – impedir que pessoas abastadas se beneficiem com esse leite que é um direito dos pobres. Terceiro, de ordem técnica – dificuldade de uma fiscalização perfeita áquelas mães cujos filhos fôram (sic) contemplados com o leite distribuído, no sentido de que esse leite seja utilizado exclusivamente para a alimentação da criança (Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 01-02).

O artigo quarto do Código de Menores é sugestivo em relação ao modo como o Estado visava legitimar o seu direito de inquirir a vida doméstica, embora o frisasse como um dever dele enquanto instituição organizadora da sociedade.

Art. 4º - A recusa de receber a autoridade encarregada da inspeção ou qualquer pessoa delegada ou autorizada em virtude da lei, é punida com as penas de crime de desobediência, e em caso de injúria ou de violência com as de crime de desacato (Código de Menores, Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, p. 45).

À autoridade pública é conferido o poder de fiscalizar a vida privada, de modo que seus “agentes de informações” possam se ocupar da vida das crianças e de suas respectivas famílias no sentido de que esses sujeitos pusessem em prática as noções de higiene e cuidado com a saúde. Olga Brites (1999) aponta que embora em um primeiro momento o estudo das políticas públicas possa aparentar a priorização da voz e das ações do Estado (e com isso de um determinado governo) em relação a determinado campo ou segmento social, a investigação das políticas públicas abre possibilidades de problematização sobre as relações que o próprio Estado constrói com outros campos, não considerando o Estado como sujeito social privilegiado e isolado.

As políticas públicas pautadas para a infância naquele período não foram pensadas, planejadas e arquitetadas unicamente pelo Estado, tendo em vista que essa instituição social recebe “[...] influxos de diferentes práticas sociais, enfrentando até certa disputa na primazia de argumentos e atitudes por parte de organismos e instituições” (BRITES, 1999, p. 05).

Ao ler a matéria do boletim da LBA deve-se tomar o cuidado metodológico de compreendê-la como monumento, isto é, pela sua exterioridade e como fonte inventada historicamente dentro de dadas condições, assim como também um ponto de atravessamento de diferentes discursos. A sua própria estruturação argumentativa e o vocabulário de que lança mão ativa enunciados do campo jurídico, médico e da assistência social.

O ideário de uma administração pública secularizada e racional se expressa de maneira mais evidente quando, entre os desafios elencados no fragmento citado acima, faz-se uma alusão a uma questão técnica, que se refere ao modo como o leite seria distribuído para as crianças necessitadas, tendo-se o cuidado de não parecer uma esmola ofertada pelo governo, mas como direito garantido a partir de um planejamento. Essa distribuição às famílias carentes se daria “obedecendo a uma técnica e uma fiscalização”. O Serviço Social, que surgira inicialmente nos anos de 1930 e que neste momento já gozava de certo desenvolvimento teórico e técnico, oferecia as bases para que as políticas públicas fossem implementadas de maneira planejada e a partir de critérios estabelecidos tantos pelos especialistas da área como pelos

gestores do Estado. Um exemplo disso é a própria técnica de registro que passa a ser usada de forma corrente pelos assistentes sociais. O exame passa a ser uma das principais ferramentas de produção de saber sobre os sujeitos e uma forma de legitimar o exercício do poder sobre os corpos. Nas ações da LBA, o ritual de inserção das famílias no atendimento público com vistas à distribuição do leite em pó às crianças dava-se da seguinte forma:

Chegada a mulher ao Centro de Puericultura, matricula a criança no serviço, isto é, presta informações sobre a criança: nome, idade, condições de nascimento, si na Maternidade si em domicílio, e neste caso com ou sem assistência médica ou da parteira. Ademais, informações sobre a genitora: nome, idade, quantos filhos vivos e as condições de parto; falecidos quanto, de que; casada ou “solteira”; endereço da residência, etc. esta ficha, depois de datada e assinada pela Irmã encarregada desse serviço, será entregue á enfermeira visitadora que, á tarde, irá á residência da pretendente ao leite verificando in loco se de fato a criança lhe pertence, se as informações prestadas coincidem com a verdade, obtendo ainda certos dados que muito serão úteis ao Serviço, como sejam, casa própria ou alugada, condições de higiene, si empregada, quanto ganha, etc. Em seguida, a enfermeira visitadora datará e assinará a ficha em lugar a ela reservado e no dia imediato, pela manhã, entregará novamente á Irmã, a qual encaminhará ao médico puericultor (Boletim LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 04).

A ação do assistente social caracterizava-se também como aquela marcada pela produção de documento sobre o objeto de sua ação. Sistematizar os sujeitos, apreendê-los numa cadeia de enunciados que além de pretenderem dizer uma verdade sobre eles, também ajudavam a tornar visível e dizível um conjunto de experiências e saberes dispersos no tempo e no espaço e que o Estado buscava apreender para melhor controlar. Eis, assim, algumas das funções que o registro ocupa dentro de uma máquina burocratizada e racionalizada a partir de critérios técnicos.

Em outra matéria do boletim é possível perceber a importância atribuída às escolas e centros de puericultura. Na edição de janeiro e fevereiro de 1948 uma matéria de capa é intitulada “Da necessidade de uma Escola de Puericultura em nosso meio” e é escrita pelo médico Giuseppe O. de Paula Marques, que em outros momentos também escreveu textos para o boletim da LBA, além de ser um dos médicos que atuavam nos centros e cursos de

puericultura. Neste texto é feita uma espécie de apelo à sociedade e ao poder público estadual para que fosse efetivada uma escola de puericultura.

O texto é montado por oposições e comparações de diferentes tipos e uma delas é expressa na primeira frase do artigo: “Não são dos ‘super-homens’ de Hitler de que iremos falar” e considerando que esta frase foi enunciada três anos após a II Guerra Mundial, um dos efeitos de sentido que um enunciado como esse pode gerar é o de ironia, pois efetivamente a posição de autor desse texto poderia ser diametralmente oposta ao que a frase poderia dizer gramaticalmente. Não havia grandes homens de Hitler a serem lembrados, pois que o que produziram foi violência e miséria, tendo em vista o fato de não mensurarem em momento algum as necessidades e os cuidados devidos aos outros. Mais adiante, fica claro o posicionamento do autor e o outro polo de comparação que ele usa para construir sua narrativa. Os outros sujeitos que compõem o outro lado desse jogo comparativo, como se vê no seguinte trecho:

São os homens superiores por possuírem maior visão da humanidade que os outros; homens que conhecem mais das necessidades alheias que, talvez, as suas próprias; deram-se a conhecer dessas necessidades com o único visu (sic) de minorá-las, não tanto como mera curiosidade da vida... alheia. São os homens da Norte América (Boletim da LBA, Ano II, Jan-Fev, 1948, p. 01).

Outro grupo de homens, em oposição aos alemães, são postos no outro ponto dessa comparação. Os estadunidenses são representados como grandes exemplos a serem seguidos no que diz respeito a ação política e diplomática, sendo atribuídas a eles características como solidariedade diante das necessidades alheias. Mas quem eram esses *outros* portadores de necessidades alheias naquele momento? Sabe-se que após a derrocada do governo Vargas em 1945 a relação entre Estados Unidos e Brasil ganhou novos contornos. Isso não significa dizer que antes não havia essa relação, pois desde o começo da década de 1940 foi iniciada uma “política de boa vizinhança” liderada pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt.

Naquele momento o mundo era marcado por uma divisão bipolar e nesse sentido podemos situar historicamente como esse pensamento binário também aparece no texto de Giuseppe Marques no boletim da LBA, o que não significa dizer que há algum tipo de determinação de um “contexto” sobre o autor, mas uma determinada forma de leitura sobre o mundo que aparece em diferentes tipos de registro. Se o mundo estava politicamente dividido entre capitalistas e socialistas, esse tipo de binarismo também é operado em seu texto ao falar dos homens do Norte e não dos homens alemães. Em continuidade ao elogio às políticas dos Estados Unidos para justificar a necessidade de uma escola de puericultura, o médico continua referindo-se àquele país:

Lá mais do que aqui, existe uma vasta e disseminada rêde (sic) de Escolas de Puericultura onde, as mulheres todas, vão aprender umas, aprimorar outras, a arte de bem cuidar de seus filhos. O sucesso e os resultados práticos foram de tamanha monta que já agora, não as mulheres, mas sim os próprios homens, desejam ter a “liberdade” de usufruir com igualdade” e “fraternidade” dos mesmos ensinamentos que elas, agora tidas e havidas como emancipadas, tinham direito (Boletim LBA, Ano II, Jan-Fev de 1948, Número 7, p. 01).

Criando comparações, mas também buscando estabelecer uma possibilidade de aproximação entre duas espacialidades bastante distintas, o autor põe em funcionamento uma série de discursos que circulavam na época e que havia se tornado possível dentro de regras de fabricação muito específicas. O boletim põe em circulação modelos de identidade distintos na medida em que localiza nos norte-americanos uma “arte de bem cuidar de seus filhos” sendo partilhada tanto por mães quanto pelos pais. Assim, se até então no Brasil havia vigorado a distinção dentro da composição familiar entre o papel do pai como provedor e da mãe como cuidadora e educadora, este boletim, ao tematizar mensalmente questões relacionadas com a maternidade e a infância, parece construir uma visibilidade diferente para estes sujeitos e os transforma, deslocando seus papéis socialmente construídos.

Pensando o boletim como um produto cultural que fez circular diferentes valores e concepções, construindo modelos de identidades e modos de agir no mundo a partir de critérios e definições presentes em discursos que atravessam esse artefato escriturístico, cabe refletir

sobre a própria concepção de identidade. Neste sentido, Kathry Woodward (2009) enfatiza que a construção social das identidades se dá na relação de diferença. As identidades se constroem nas/pelas relações que se estabelecem socialmente e que trazem em si dimensões subjetivas e afetivas. Se o articulista constrói ou visibiliza identidades culturalmente construídas e identificadas como sendo adequadas para o homem ou para a mulher, é fato que esse jogo de produção se dá pela diferença. A definição do papel da mulher se dá na contraposição ou na distinção daquele papel assumido ou vivenciado culturalmente pelo homem.

O que o articulista propõe é que a sociedade paraibana também possa incorporar, à sua maneira, esse modo americano de ser e de cuidar da infância, pois tendo em vista o novo papel da mulher na sociedade enquanto sujeito “emancipado” os homens também passavam a se interessar e fazer parte das escolas de puericultura e com isso serem educados para a arte de serem pais e cuidar de seus filhos. Em outro ponto diz:

O filho do Homem é, ao nascer, o mais frágil de todos os seres; é igualmente aquele que maiores cuidados exige para a sua sobrevivência. Não há por que admirar se do interesse e da preocupação que aquele grupo de homens teve para, em aprendendo de como bem cuida-lo (sic), cumprir com um dos mais elementares princípios de respeito á (sic) humanidade. E, apesar de não ser de admirar, ainda para louvar-se. Louvar a dedicação e o amor porque vêm as crianças, no afan (sic) muitas veses (sic) extraordinário de assegurar a si próprio e á (sic) sua descendência, o direito a uma vida de saúde e compreensão, o direito a uma vida onde os homens de amanhã, crianças de hoje, possuam um melhor sentido de domínio sôbre seus entusiasmos málsãos e de expontaneidade sôbre (sic) as suas expansões de bôa (sic) valia em prol de seus semelhantes (Boletim da LBA, Ano II, Jan-Fev de 1948, Número 7, p. 01).

A fragilidade do ser humano em geral e da criança em particular pelo momento da vida em que se encontra aparece em destaque no discurso da LBA. O médico, ao escrever para um público amplo e heterogêneo, precisava falar de modo que tornasse o seu discurso compreensível para os múltiplos leitores. Longe de ser um texto técnico e com linguagem para especialistas, é escrito de modo a deixar claras duas mensagens: a) a necessidade de uma escola de puericultura; b) interesse de sensibilizar, de oferecer a infância à leitura a partir de um olhar

que cuida, que afaga e, fundamentalmente, compreende a condição peculiar da criança como ser dependente.

Philippe Ariès (2006) marcou a historiografia francesa ao afirmar que a infância, isto é, o sentimento de uma particularidade da infância e da criança, havia sido uma invenção da modernidade entre os séculos XVII e XVIII. Na Paraíba pode-se ver a presença de palavras e o desenho de uma gramática própria nessa fonte que nos permite afirmar que ela enseja, estimula e cria condições para a produção de uma sensibilidade em relação à infância, o que nos faz ler o boletim da LBA enquanto um acontecimento discursivo, na medida que institui e suscita novas leituras e práticas sobre e em relação à infância (FOUCAULT, 2008).

Posições de sujeito: os cuidadores da infância

Se até este momento vimos a reflexão do articulista sobre os filhos dos homens, e homens escritos com o M maiúsculo (assim como nação é escrita com o N maiúsculo), há também um lugar formulado para a mulher, mas este nome não é escrito com o m maiúsculo, o que denota um tipo de compreensão sobre a relação de gênero e não apenas uma diferença casual do estilo de escrita.

Está pois justificada e mais ainda, aplaudida, esta manifestação da mais sã superioridade de que forma autores os homens do Norte América. Era de pedir-se aos deuses, a florescerem aqui, em longes terras, não tanto por voses (sic) masculinas, quanto femininas, os últimos écos de um grito que fôra (sic) em terras de sua origem, pelos homens de bôa (sic) vontade. E assim, teríamos a nossa Escola de Puericultura, povoada por vozes femininas de expontaneidade (sic), ansiosas todas, de apender como bem cuidar de seus filhos, razão maior de suas existências (Boletim da LBA, Ano II, Jan-Fev de 1948, Número 7, p. 01).

O modo como esse discurso é forjado no boletim fabrica lugares específicos para a mulher, para o homem, para a criança e para a nação brasileira, por extensão. Ao afirmar que a Escola de Puericultura estaria “[...] povoada por vozes femininas de expontaneidade (sic), ansiosas todas, de apender como bem cuidar de seus filhos, razão maior de suas existências” constrói-se uma visão essencializada da mulher e que tem como efeito atribuir um significado

positivo e que legitima a ação da LBA. A construção interessada dessa ideia de uma mulher espontânea, alegre e feliz no espaço da Escola de Puericultura é possível a partir do discurso médico que através de uma gramática própria, isto é, de uma estrutura montada através de conceitos e definições socialmente instituídas como verdadeiras e passíveis de serem aceitas por todos, indistintamente, e que é afirmada em textos de recomendação sobre o cuidado com os corpos infantis e com a família, por conseguinte. A escola de puericultura é então visibilizada como o espaço próprio para a mulher, para que com a ajuda do médico puericultor ela possa aperfeiçoar as habilidades necessárias para exercer a maternidade com todas as prerrogativas indicadas para o bem cuidar dos filhos.

Se na edição de janeiro e fevereiro de 1948 o boletim tematizou a infância a partir da necessidade de uma escola de puericultura na Paraíba, construindo uma visibilidade sobre a infância a partir da articulação entre gestão pública atenta às necessidades sociais, função social da maternidade e da mulher na sociedade e os cuidados devidos com a criança, alguns meses depois a abordagem mudaria de tom. Na edição do mês de agosto do mesmo ano uma matéria, não mais de capa, mas localizada na terceira e quarta páginas do boletim, trata do funcionamento de um posto itinerante de puericultura.

Este texto consiste em uma apresentação da situação da cidade de Campina Grande no que se referia à questão da infância e maternidade. Foi escrito por Guilherme Joffily Bezerra, então presidente da comissão municipal da LBA em Campina Grande, e consiste em uma exposição de motivos para solicitar recursos à comissão estadual sediada em João Pessoa. O posto itinerante de puericultura implementado pela comissão municipal de Campina Grande estava em funcionamento desde o mês de fevereiro daquele ano e tinha como finalidade atender a cidade e aos distritos dela, que naquele momento eram Bôa Vista, Puxinanã, Galante, Fagundes, Massarandiba (sic), Tataguassu, Joffily e Ipauarana. O presidente da comissão municipal afirma que tendo em vista as condições geográficas e as distâncias tanto as mães quanto as crianças desses distritos “[...] estavam abandonados á sua própria e desditosa sorte” (Boletim LBA, Ano II, Agosto de 1948, Número 12, p. 03).

Ao mesmo tempo que havia a intenção das orientações das comissões estaduais da LBA abrirem as condições para a interiorização das políticas de saúde e assistência à infância pelo estado, havia também descompassos e descontinuidades entre os níveis municipal e estadual.

No mês de agosto o texto escrito pelo presidente da comissão municipal de Campina Grande também enuncia uma frase provocativa acerca da relação da comissão estadual com as municipais. Tendo em vista que esse documento foi produzido com o objetivo de solicitar recursos orçamentários para que fosse possível dar prosseguimento às ações do posto itinerante de puericultura, o autor do texto afirma que: “[...] a L.B.A possui (sic) os mesmos pecados de tantas outras instituições; está a velar com um carinho quasi (sic) desmedido para as obras assistenciais da Capital, enquanto que, os recursos destinados para a nossa maternidade da hinterland, são irrisórios não atingindo as nossas mínimas necessidades” (Boletim LBA, Ano II, Agosto de 1948, Número 12, p. 03).

Aparece, assim, uma espécie de rachadura no discurso da LBA, que sempre objetiva ser coerente e homogêneo nas diferentes edições do periódico. Uma fala enunciada no mês de agosto emerge como uma espécie de denúncia ou no mínimo como um protesto, uma insatisfação ao modo de agir da comissão estadual da LBA na Paraíba. Ao enunciar o “pecado” da LBA o autor está afirmando uma falta, uma rachadura no discurso articulado da LBA em torno de si mesma e das ações que visava desenvolver no estado.

Incorporando à sua gramática um termo que remete diretamente ao vocabulário cristão e bíblico o presidente da comissão de Campina Grande aponta que a LBA havia cometido uma espécie de infração ao conjunto de princípios e objetivos que ela havia abraçado. O pecado é sempre uma ação de burla, um ato que, de forma sub-reptícia ou não, questiona a ordem ou a inverte, inserindo nela um elemento que não é permitido, mas formalmente interdito. Pecar é cometer uma falta, deixar de cumprir uma ação coerente com um horizonte de expectativas já dado.

Como estratégia de persuasão e convencimento ao então presidente da comissão estadual da LBA em João Pessoa, Ednaldo de Luna Pedrosa, Guilherme Joffily afirma que a cidade de Campina Grande é o mais rico município da Paraíba e líder de uma cadeia de outros

municípios, sendo também um ponto de intersecção de rodovias, “[...] ponto terminal de uma linha de estrada de ferro mercado abastecedor de outras cidades”, mantendo comunicação diariamente com cidades como Esperança, Alagôa Nova, Ibiapinópolis, Patos, Cuité, Picuí, Ingá, Umbuzeiro e Batalhão, tendo como resultado disso o fato de que precisaria prestar assistência para os moradores desses municípios que procuravam Campina Grande.

Naquela época a cidade de Campina Grande contava com uma área de 2.372 km e com uma população de aproximadamente 160.060 habitantes, mas apesar de ser um município rico e em pleno desenvolvimento, como deseja assim visibilizar, Guilherme Joffilly lamenta o fato de que na cidade contava-se com poucos e mal administrados serviços de amparo às mães e crianças, tais como Enfermaria e Maternidade do Hospital D. Pedro I, com 80 leitos. Além disso, havia também a enfermaria de crianças no mesmo “nosocomio” (sic) com 10 leitos e ainda o Posto de Puericultura da “Sociedade de Assistência e Proteção à Infância” que, segundo ele, estava com sua capacidade de atendimento esgotada. Outro dado interessante presente nessa edição do boletim da LBA refere-se aos sujeitos que nele emergem como operadores das ações em prol da infância. O modo como o discurso de proteção e assistência à infância materializava-se nesse texto constitui lugares distintos e formas diferentes de tratar a ação desenvolvida ora por homens, geralmente médicos ou técnicos do governo, e as mulheres, geralmente vinculadas ao dispositivo religioso.

A matéria de capa do boletim do mês de agosto tratava dos serviços de educação sanitária de Beatriz Ferraz, uma educadora sanitária da Casa Maternal de São Paulo. O objetivo é demonstrar como a Maternidade Cândida Vargas, na Paraíba, pusera em funcionamento as propostas de uma educação higiênica da sociedade, tendo como eixos de atuação centrais a educação de mulheres e crianças a partir dos pressupostos da sanitização e medicalização social.

A Maternidade Cândida Vargas como a Casa Maternal de São Paulo é de propriedade do Estado e mantida pela L.B.A. sendo dirigida por competente clínico, dr. Edriste Villar e supervisionada pelo dr. Efigênio Barbosa, médico de grande visão e muito justamente colocado na direção do D.M.I da L.B.A

sob a presidência honrosa do dr. Ednaldo Pedrosa, tem como finalidade assistir os matriculados naquela instituição benemérita.

A testa da administração encontram-se irmãs de caridade, orientadas pela supervisora Irmã Soares que, com a sua solicitude e abnegação, recebem as inúmeras gestantes que procuram a Maternidade, na sua grande maioria, indigentes. A Maternidade possui (sic) 162 leitos, na sua quase (sic) totalidade gratuitos, reservando apenas 12, para contribuintes e 6 para pensionistas (Boletim da LBA, Ano II, Agosto de 1948, Número 12, p. 01).

Embora o nome de Beatriz Ferraz estivesse presente já no título⁴ da matéria de capa, são os nomes dos homens, sempre médicos e doutores que figuram em destaque, como os responsáveis pela qualificação do atendimento às mães e às crianças na Paraíba. É curioso como são distintos os modos de visibilizar a ação dos homens e das mulheres na matéria. Basta notar que no primeiro parágrafo alguns termos como “competente clínico”, “grande visão” e “honrosa” são usados para qualificar os sujeitos masculinos da ação, isto é, os médicos. Por outro lado, ao abordar a participação das mulheres nesse processo um outro tipo de vocabulário é usado e, conseqüentemente, ativa outras estratégias discursivas, produzindo também outros efeitos de sentido.

As mulheres são nomeadas a partir de uma outra gramática que utiliza palavras como “caridade”, “solicitude”, “abnegação” e em relação às mulheres atendidas é usado o termo “indigente”. Essa gramática ativa um discurso estratégico no modo de pensar e fazer atuar dentro daquelas condições os homens e as mulheres. Eles são significados a partir de uma gramática que os coloca na posição de sujeitos inovadores, capazes e competentes tanto do ponto de vista de uma formação intelectual e científica como em relação a operacionalização da política de assistência à maternidade e à infância. Eles seriam fiéis representantes da modernidade, que se institui e se arvora a partir de um projeto amplo com dimensões filosóficas, técnicas e operativas. Eles estariam associados ao saber legitimado como científico e por isso mesmo autorizado a lidar com o corpo da mulher e da criança, esquadrihá-lo e pôr em funcionamento toda uma maquinaria e uma tecnologia do poder que estava presente na política do corpo.

As mulheres também desempenham um papel nesse processo, inclusive do ponto de vista técnico, tendo em vista que elas atuaram na administração desses serviços. Entretanto, os

modos de dizer e fazer existir nesses discursos tanto os homens como as mulheres pertencem a regimes diferentes e visam produzir efeitos de verdade diferenciados também, o que se materializa na construção de gramáticas distintas para tratar desses dois sujeitos, o homem e a mulher.

As palavras usadas para nomear as mulheres articulam um argumento que as lê e as significa não através dos mesmos conceitos e termos característicos da modernidade, mas sim como personagens ainda articulados a uma leitura teológica, naturalizadora e muitas vezes simplista em relação ao papel da mulher naquele processo. O modo como esses dois sujeitos são visibilizados no boletim articula-se a diferentes objetivos e a uma lógica da distinção por comparação. Enquanto os homens são representados como aqueles vinculados a funções modernas e caracterizados como ligados à ciência, isto é, à racionalidade e a tecnologia, para as mulheres é articulado um conjunto de termos que as coloca como o outro polo dessa relação e nisso são representadas como as portadoras do sentimento. Por isso mesmo as palavras caridade, solicitude e abnegação são usadas como forma de atualizar o discurso religioso e cristão sobre a feminilidade e reforçando também um pensamento binário que localiza o homem como o polo racional e a mulher como o polo sentimental nas relações de gênero.

Uma gramática dos números: os dados quantitativos e um poder sobre a vida

Outro traço característico da gramática que constrói visibilidades e dizibilidades para a infância e a maternidade no boletim da LBA refere-se ao uso de informações e dados quantitativos que funcionam como suportes de comprovação e afirmação peremptória dos efeitos da ação da LBA. Desse modo, também nessa matéria de capa na edição de abril de 1948, são apresentados alguns dados referentes ao atendimento de mulheres e crianças pela Maternidade Cândida Vargas. Afirma-se que em cerca de vinte dias foram notificados os seguintes dados:

- a) Para o registro de nascimento (crianças) 10
 - Idem (adulto) 5
 - b) Para batizados em suas próprias paróquias 10
- Nota – Está sendo preparada uma gestante para o respectivo batismo.

c) Para o casamento civil 1

Analisar um discurso cujos enunciados também se fabricam a partir de uma lógica quantitativa, estatística e/ou numeral não pode partir do pressuposto simplista de que tais dados mentem ou que não conferem com a realidade que lhes é exterior, ou mesmo que deturpam a realidade de que falam. Cabe antes indagar de que modo os dados quantitativos são usados na construção do discurso da LBA, que funções esse tipo de enunciado exerce no conjunto dos textos, atentando para suas conexões com o texto verbal, os modos de construção de uma dizibilidade para a infância, assim como perceber de que modo o saber que é feito circular nos boletins da LBA utiliza esse tipo de recurso discursivo para conferir efeitos de verdade e vontades de poder ao seu discurso.

O sentido da quantificação e da mensuração dos resultados mês a mês pode ser lido como uma estratégia de resposta aos interlocutores diretos da ação da LBA na sociedade paraibana, isto é, as instituições de caridade, as organizações sociais, a igreja, as maternidades e também os próprios agentes que faziam parte da LBA nas funções de gestores, educadores, puericultores e médicos. Tendo em vista que o texto do presidente da comissão da LBA em Campina Grande, Guilherme Joffily, fazia menção ao orçamento da LBA e criticava o fato de ele ter priorizado as ações da capital em detrimento daquelas desenvolvidas no interior do estado, os dados quantitativos tinham como função também construir uma visibilidade para a ação assistencial.

No que se refere ao aspecto educativo da LBA no trabalho com a puericultura o relatório apresentado na primeira página da edição de agosto de 1948 aponta que este era realizado como um “trabalho de catequese” (sic) com as gestantes que são atendidas pela Maternidade Cândida Vargas. As atividades realizadas tinham como objetivo estimular desde o momento da gestação o cuidado com a criança em diferentes aspectos, desde a alimentação até a vestimenta da criança que viria a nascer. De acordo com o texto algumas atividades têm o objetivo de serem espaços de distração e nestes espaços as gestantes poderiam aprender a confeccionar “pecinhas de enxovalzinho para recém-nascido, utilizando partes aproveitáveis de peças grandes da Maternidade, já fora de uso” (Boletim LBA, Ano II, Agosto de 1948, Número 12, p. 01).

“Ensinou também a manejar a agulha de crochet (sic) e tricot (sic) para fazer sapatinhos de lã, a marcar roupa, executando pontos de cruz, a serzir (sic), a bordar, etc.” (Idem, p. 01). Assim, as gestantes passavam as horas de “distração” ocupadas em tarefas que tinham uma função eminentemente pedagógica de formar corpos educados e disciplinados para a maternidade. Esse modo de educar para a arte do cuidado era construído de acordo com os critérios e expectativas que culturalmente se construiu em relação ao exercício da maternidade como função feminina.

Ainda nesta edição é divulgado o programa de educação sanitária que tinha como objetivo orientar as ações da instituição maternal e também as mães e gestantes para o exercício da maternidade. Ao lado da estratégia de mensuração dos resultados da ação da LBA a partir de numerações e quantificações, a formulação de planos de ação organizados em “programas” articulava-se com os princípios de uma política do corpo que vinha sendo construída nacionalmente. A alimentação, a higiene, o tratamento da gestante e do recém-nascido eram elementos desse programa que apontavam as diretrizes cientificamente elaboradas para o governo da infância mesmo antes da criança habitar o mundo. A quantificação é lida por Jerry Dávila como uma importante estratégia de gestão que foi iniciada pelo Ministério da Educação e Saúde no período do governo Vargas. Era preciso mensurar numericamente, estatisticamente, a sociedade brasileira, com o intuito de que a partir disso se pudesse compreendê-la e traçar estratégias de supressão dos seus problemas.

O discurso de salvação da criança foi marcado pela ambivalência, pois ao mesmo tempo em que se buscava criar novas sensibilidades e modos de relacionamento com as crianças, percebendo-as como sujeitos específicos, também foi alimentado o projeto de controle da infância e conformação dos corpos infantis ao projeto modernizador e civilizador que o país buscava pôr em funcionamento.

A produção de visibilidades e dizibilidades sobre a infância na Paraíba a partir do boletim da LBA esteve intimamente articulada com os interesses do Estado na formação de espaços institucionais de promoção dos direitos da infância, o que indica logo para a formação de corpos técnicos especificamente destinados para lidar com os problemas e necessidades dessa

parcela da população. Na interação constante entre questões locais e orientações nacionais, o boletim conferia visibilidade para as definições jurídicas e técnicas dos órgãos ligados às políticas para a infância. Neste sentido, no mês de agosto de 1948 a seção sobre os direitos da criança trazia aqueles direitos “proclamados pelo Departamento Nacional da Criança”, da seguinte maneira:

A toda a criança nascida ou residente no Brasil reconhecemos os seguintes direitos, empenhando-nos, cada um na medida de suas fôrças (sic), por proporciona-los, sobretudo àquelas a quem a má sorte feriu ou deixou ao desamparo:

- 1) Ser atendida desde o seio materno, e nascer bem, evitados o quanto possível os riscos de morte, doença ou deformação;
- 2) Ser criada sob o carinho maternal e no ambiente da família, ou, na falta dêste (sic), num que se lhe aproxime o mais possível;
- 3) Nunca sofrer fome ou penar por insuficiência (sic) de elementos nutritivos indispensáveis;
- 4) Ser tratada como criança, e como tal respeitada e atendida nos seus justos interesses e aspirações;
- 5) Receber os princípios de educação que a preparem para a vida, e lhe permitam tomar consciência do seu próprio destino;
- 6) Receber assistência médica e higiênica que lhe evite riscos de doença e de morte;
- 7) Jamais ficar abandonada à sua sorte, sem amparo material, social e moral eficiente e carinhoso;
- 8) Não ser menosprezada por motivos de família, ilegitimidade (sic), nobreza, raça, religião, deformidade física ou mental;
- 9) Nunca ser vítima de crueldade ou exploração, nunca ser submetida a trabalhos que lhe possam prejudicar o desenvolvimento normal e a saúde, o caráter, a educação, a liberdade, a alegria de viver;
- 10) Nunca permanecer segregada de convivência social, proporcionada às suas condições pessoais;
- 11) Não ser considerada criminosa e responsável quando em falta social, devendo em caso receber assistência judiciária especializada e os corretivos adequados;
- 12) Ser com sua mãe a primeira a receber socorros em caso de calamidade pública.

(Boletim da LBA, Ano II, Agosto de 1948, Número 12, p. 05).

A infância aparece no boletim da LBA sempre na articulação com a família, com o Estado e com a ideia de saúde. Neste sentido, a seção do periódico dedicada para a divulgação

dos direitos da criança brasileira demonstra diretamente a forma biopolítica de atuação do Estado no controle sobre a vida e nesse sentido um de seus dispositivos de maior eficiência foi a *bioregulamentação* (Cf. FOUCAULT, 2010, p. 210).

Em relação ao conjunto de direitos da criança que é divulgado no boletim da LBA na Paraíba cabe pensar as condições históricas que possibilitaram que esse tipo de discurso fosse produzido. Problematizar quais as condições históricas que marcaram a sua emergência ou proveniência, para usar dois termos tipicamente nietzschianos.

Como a preocupação do boletim da LBA gira em muitos momentos em torno do atendimento às mães e crianças, logo percebemos a articulação entre esse tipo de preocupação e divulgação da lista de direitos da criança, estando em primeiro lugar aquele que dizia que a criança deveria ser bem atendida, assim como sua mãe, pois esta era uma condição básica para que ela nascesse bem e em condições próprias para um bom desenvolvimento físico e biológico, livre do risco de morte e de quaisquer tipos de deformação.

A transformação na relação entre o público e o privado, que vinha sendo construída, é reafirmada no segundo tipo de direito enunciado, referente aos cuidados que a família deveria ter com a criança. Tal direito além de estabelecer a transformação na relação público/privado põe em funcionamento mais um dos objetivos da tecnologia biopolítica, na medida em que esta também tomava o espaço como uma das dimensões mais importantes de sua ação, demonstrando-se nisso a sua forma de coordenar e tornar possíveis ou não a circulação dos indivíduos em determinados espaços, a arquitetura das cidades a partir dos objetivos de higiene e medicalização social, etc.

A alimentação, como já destacamos anteriormente em um dos textos do boletim, também aparece como direito básico da criança, tendo em vista a sua necessidade, como de qualquer outro ser humano, de “elementos nutritivos indispensáveis” à sua sobrevivência. O princípio então do “fazer viver” a criança era posto em prática pela garantia do oferecimento de bancos de leite ou mesmo a distribuição de leite em pó, com o objetivo de suprir a necessidade das crianças. Nesse momento também houve forte apelo ao aleitamento materno e Teixeira (2010, p. 23) destaca que o próprio “aleitamento foi eleito como um problema de governo”.

Nesse sentido, o estímulo para que as mães amamentassem seus filhos foi feito de forma constante e incisiva, evocando enunciados como os divulgados no boletim da LBA que tratava da “arte de ser mãe” e naturalizava, condicionando também o papel da mulher na relação com a família e com a criança chegando a culpá-la por negar o seio aos filhos (TEIXEIRA, 2010, p. 23).

Há ainda um espaço destinado à compreensão de que a criança deveria ser tratada como tal e nesse processo a família deveria saber escutá-la e lhe atender nas suas necessidades e aspirações. Embora a infância não apareça de forma direta no boletim durante este ano, através de fotos, por exemplo, é sempre lida e dada a ler por diversas formas indiretas e uma delas é através de objetivos como esse, que atribui à criança uma particularidade que deveria ser compreendida como tal e em relação a ela serem ofertados os melhores atendimentos, sendo eles oferecidos na dimensão pública pelo Estado e as organizações sociais ou mesmo pela família. Um enunciado desse tipo aponta claramente para a noção de “cuidado” e como naquele momento ele passava a ser visto não apenas como uma relação unilateral da mãe com o filho ou do médico com o paciente, mas sim como uma relação de mão dupla e marcada também pela escuta do outro, pelo menos do ponto de vista da proposta política daquele momento.

Todavia, sendo a infância considerada como *um outro* em relação à família e ao Estado, o que significaria escutar esse *outro* em um momento como aquele? Ao lado da vontade de atender da melhor forma a criança e garantir o seu bem-estar alinhava-se a vontade de saber sobre ela por diversos meios. Neste sentido, escutar a criança era uma forma de conhecer sua subjetividade, esquadrihar seu campo afetivo e relacional e conhecer melhor o horizonte para o qual ela destinava seu olhar, isto é, conhecer os primeiros sonhos e objetivos que passavam a se desenhar paulatinamente sobre a sua vista.

Os direitos elencados na seção enunciam a “assistência médica e higiênica” na prevenção dos riscos de morte da criança desde a mais tenra idade e, posteriormente, destacam também a necessidade de cuidar para que a criança “jamais” ficasse abandonada à própria sorte, sem “amparo material, social e moral”, bem como o eficiente carinho da família. É indicado ainda o direito ao não desprezo dela em nenhuma situação. Era preciso investir na formação do cidadão

brasileiro e este sujeito foi forjado dentro de relações de poder e saber historicamente localizadas.

Na Paraíba que buscava se industrializar e se modernizar o clima político caracterizava-se no ano de 1948 por um governo pouco democrático, mas marcado por investimentos no campo social, sendo este efetivado inclusive como forma de autopromoção do então interventor Ruy Carneiro buscando representar-se enquanto um gestor público envolvido com as famigeradas questões sociais, embora tais investimentos tenham-se dado a partir de um conflito com as ações da igreja católica.

Fizemos aqui um exercício de leitura do discurso de proteção e assistência à infância problematizando os modos como a ela foi sendo construída historicamente. Dessa leitura duas conclusões (sempre acidentais, momentâneas e lacunares) são possíveis: a) como aponta Jorge Larrosa (2010), a infância é um enigma que sempre tentamos silenciar através de uma intensa produção discursiva que escamoteia a possibilidade de sua novidade e elenca para ela um conjunto de projetos que tentam circunscrevê-la a um campo confortável para que os especialistas continuem a tê-la dentro do conjunto de seus domínios; b) concordando com a reflexão de Claudia Korol pode-se afirmar que “nascer é um ato político”, pois a nossa inserção no mundo se dá através dos diferentes signos que a cultura nos oferta e é na/pela linguagem que existimos socialmente. O nascimento como ato político expressa-se nestes projetos que trataram de definir a infância e montar em torno das crianças um aparato jurídico-médico-assistencial desde o momento de sua gestação até a sua chegada ao mundo.

Gerir a vida, cuidar dela e protegê-la: estes eram os termos do debate e os investimentos giraram em torno deles na ação da LBA na Paraíba. Não se pode negar que essa foi uma transformação importante do ponto de vista do cuidado com a infância. Todavia, compreendendo que esta mesma infância foi inventada historicamente é preciso que pensemos, na tentativa de uma ontologia do presente, sobre as modalidades através das quais a infância continua sendo (re/des) inventada a partir de novos conceitos, valores e critérios socialmente constituídos e que operam a partir de uma relação que já sabemos ser híbrida e produtora de múltiplos efeitos em que o saber sobre as crianças articula-se e/ou produz um campo de

exercício de poder que lhe é extensivo e complementar. Quem atua nesse campo e a partir de que interesses estes agentes continuam a dizer a infância e exercer poder sobre ela é uma questão sempre importante e que deve fazer parte de uma reflexão constante. Portanto, refletir sobre como a construção histórica da infância se torna possível a partir da produção das diferenças e sensibilidades que marcam os sujeitos e cartografam os espaços de suas experiências e deambulações pode ser o ponto de partida para construir um olhar crítico e ensaiar mudanças possíveis.

Fontes

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Jan-Fev de 1948, Nº 7.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Mar 1948, Nº 8.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano 2, Abr 1948, Nº 9.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Mai-Jun 1948, Nº 10.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Jul 1948, Nº 11.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Ago 1948, Nº 12.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Nov-Dez 1948, Nº 15.

Decreto federal nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores.

Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4830.htm. Acesso em 07 de jan. 2015.

Referências

- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. O processo político na Paraíba. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. Vol. 4. João Pessoa: EDUFPB, 1999, p. 97-109.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BRITES, Olga. **Imagens da infância – São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950**. 269 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.
- BRITO, Diná Tereza de. Linguagem: o poder no discurso jurídico. **Diálogo e Interação**, vol. 1, 2009.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de pesquisa em História Social da Cultura, 2000.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: _____. COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**. As mutações do olhar. O século XX. Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 7-12.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. Tradução: Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. Aula de 17 de março de 1976. In. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 201-222.
- _____. A governamentalidade. In. **Microfísica do poder**. Introdução, organização e revisão técnica de Roberto Machado. 25.ed. São Paulo: Graal, 2012, pp. 407-431.
- FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés. **Os intelectuais na história da infância** (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

KOROL, Claudia. **O ser humano como ser político.** Disponível em <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=5>. Acesso em 20 de nov. 2014.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: **Pedagogia profana** – danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 183-198.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** 2.ed. São Paulo: Papirus, 1986.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder.** 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

MOULIN, Annie Marie. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges. **História do corpo.** As mutações do olhar. O século XX. Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 15-82.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. “Fora da higiene não há salvação”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. **Mneme – Revista de Humanidades.** V.4 - N.7 - fev./mar. de 2003.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a família à nossa imagem:** a construção de conceitos de família no Recife moderno (1920-1930). 353 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs). **A arte de governar crianças** – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **O século perdido** – as raízes das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Jean Patrício da Silva. **A dupla face do Estado Novo na Paraíba:** o argemirismo e o ruysmo (1937-1945). Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20-%20Jean%20Patr%C3%ADcio%20da%20Silva%20TC.PDF. Acesso em 15 de Out. 2015.

TEIXEIRA, Kerolyn Daiane. **A puericultura nas páginas do jornal em Curitiba, entre a virada do século XX até 1930.** Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 2010.

TUMELERO, Michele Rodrigues; SILVA, Cristiani Bereta. Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em Chapecó/Sc na década de 1940. **Revista de História Regional** 18(2): 335-362, 2013.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**. vol. 19 n. 37 São Paulo Set. 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Artigo recebido em 16 de outubro de 2015. Aprovado em 21 de dezembro de 2015.

Notas

¹ De acordo com o acervo de que dispomos desse boletim informativo, é possível perceber que a partir do ano de 1950 as edições passaram a ser coloridas, sendo que a cada edição tinha-se um conjunto de cores diferentes e foi construída uma capa para o boletim informativo, algo que até o ano de 1948, período recortado para análise neste texto, não havia. Outro detalhe importante refere-se ao fato de que a partir da década de 1950 a cada mês será colocada na capa do boletim a fotografia de uma instituição diferente, representando uma cidade da Paraíba assistida pela LBA.

² Sobre os modelos assistenciais criados por este médico e seu pai, assim como a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância em 1901, ver Wadsworth (1999) e Rizzini (2011).

³ Para uma leitura sobre a relação dos intelectuais com a história da infância, não apenas no século XX, mas em outros momentos da história do Brasil, cf. Freitas e Kuhlmann Jr (2002).

⁴ O título da matéria é “Relatório dos Serviços da Educadora Sanitária Beatriz Ferraz, da Casa Maternal de São Paulo, na Maternidade ‘Cândida Vargas’”.